Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte A Crítica **Class.:** 31R00245

Data 27 de Janeiro de 1978 **Pg.:**

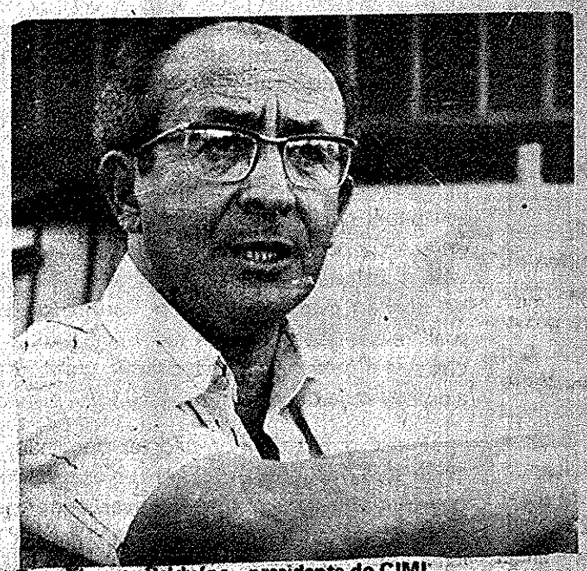
CIMI: quem decide continua longe do índio

Ao situar o problema indígena dentro do momento atual com perspectivas de abertura em todas as áreas o presidente do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Dom Thomas Balduíno disse ontem que "como presidnete do CIMI acompanho satisfeito este momento de abertura, porque nós sofremos demais com o Governo Médice, que foi o de maior repressão, e espero que isto não se repita". Segundo ele quem decide continua distante do índio já que "quem se apoderou do Governo em favor de si mesmo tem que se afastar do povo, do índio".

Dom Thomas Balduíno admitiu que alguém comprometido com o povo, "quem sabe", poderia fazer maior aproximação. Indagado se o Senador Magalhães Pinto estaria incluído nesta hipótese não hesitou em afirmar: "Não acredito, quem sabe não será a transferência de um grupo militar para uma elite". Reconheceu em Magalhães a capacidade de capitalizar no momento todos os anseios dos grupos, mas perguntou a seguir como a coisa iria se concretizar, acrescentando em tom de resposta: "A previsão não é das melhores". Mais adiante disse o presidente do CIMI: "Contudo tiro o chapéu para ele por ter a coragem de enfrentar tudo que está montado".

Ainda sobre o momento de abertura, Dom Thomas Balduíno disse que "o pouco que está acontecendo não é coisa outorgada, e o que vai acontecer amanhã é imprevisível". Dom Thomas que participa em Manaus do IV Curso de Indigenização promovido pelo CIMI abordou a abertura política depois de defender outro tipo de abertura: a conscientização das classes da sociedade – estudantes, intelectuais, juristas – para a problemática indígena que desta maneira não deveria, segundo o seu pensamento, ficar restrita ao CIMI e a FUNAI.

Dentro deste novo princípio de conscientizar a sociedade para o índio Dom Thomas Balduíno considerou que a própria ligação do CIMI com a CNBB já representou uma maneira de compromet-



Dom Thomas Balduíno, presidente do CIMI.

toda a Igreja na problemática. "Na verdade – disse ele – a Pastoral Indigenista sempre foi marginal dentro da Igreja". E como medidas práticas de conscientizar a população apontou duas: intensificar a Semana Missionária que é realizada em outubro com ampla repercussão na opinião pública, o que representaria a conscientização da massa e como segunda medida a conscientização de grupos através de cursos como o que está sendo realizado em Manaus reunindo 57 elementos que atuam com os índios da região, incluindo religiosos e leigos.

Dom Thomas Balduíno, reafirmou decisão tomada quando do encontro indigenista pan-amazônico no sentido de levar a Igreja a ter uma visão nova em relação ao índio, para que este assuma seus próprios valores e posse ter vez. "A solução do problema indígena – afirmou – está na mão do próprio índio. Quando se fala em problemática indígena tanto na área do Governo como na da Igreja o índio está ausente. O que nós poderíamos fazer era propiciar ao índio falar, assumir. Esta será a solução mais positiva e mais pacífica".

Sobre a política da FUNAI disse esperar que ela apoie o índio mas não realize a tutela "que é uma forma de propriedade". Manifestou-se contrário a extinção da FUNAI desde que este órgão realmente valorize o índio. Considerou "uma força" a transferência da Fundação Nacional do Índio para a área da Presidência da República já que "pelo que a gente conhece da FUNAI ele fica muito a mercê de outros interesses do Ministério do Interior".

Duvidou que o processo de retirada do Summer tenha sido iniciativa da FUNAI, considerando-o mais ligado à área de Relações Exteriores. Quanto aos técnicos do Summer que trabalham no levantamento do vocabulário indígena considerou que, "no ponto técnico o trabalho é positivo, tenho criticado a política subjacente, que é integracionista, eles não são pela defesa dos valores tribais".

O maior problema atual do CIMI segundo Dom Thomas Balduíno é mobilizar cobranças sobre o encerramento da demarcação de reservas indígenas que de acordo com o Estatuto do Índio deve acontecer este ano. Para o presidente do CIMI a tarefa é humanamente impossível admitindo-se então a fixação de novos prazos.

CARTA A EVARISTO ARNS

O presidente do CIMI, Dom Thomas Balduino, entregou ontem à imprensa texto da carta enviada no último dia 12 ao Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns na qual considera lamentável o arquivamento do relatório enviado pela Assembléia Legislativa sobre a invasão da PUC pela Polícia.

Depois de lembrar que o arquivamento foi antecedido pela declaração pública do Governador Paulo Egídio Martins dizendo assumir a responsabilidade daquela ação policial e por outra do Secretário de Segurança, Antonio Erasmo Dias, de que agiria da mesma forma se lhe fosse dado recomeçar o ato, Dom Thomas Balduíno afirmou que "a opinião pública está visivelmente revoltada com tais adelitos oficiais atentatórios contra a segurança e honradez das pessoas, das instituições e do povo". Lembrou a seguir que "o mesmo aconteceu no Rio com o inquérito dos atos de terrorismo praticados com Dom Adriano Hipólito".

Em sua carta o presidente do CIMI indaga: "O aparelho estatal, tendo caído nas mãos de homens moralmente fracos e medíocres, não estaria, por acaso, de mais a mais necessitado destforma da impunidade para os pretensos donos do poder?". O Bispo Diocesano de Goiás incentiva Dom Arns a não dessistir de cobrar o julgamento do caso da invasão da PUC e em caso do processo ser bloqueado sugere que o assunto seja levado, em caráter de urgência, à próxima assembléia geral da CNBB, para esclarecimento do Episcopado Brasileiro.